



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE VASSOURAS

CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS
R.U.
Discunção única
APROVADO EM 17.02.97
Randolpho Lopes Filho
Presidente

Autógrafo

Lei nº 1173 de 20 de FEVEREIRO de 1997.

Dispõe sobre Parcelamento e Desconto no pagamento de tributos inscritos em Dívida Ativa e adota outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar, em 08 (oito) vezes iguais, o recebimento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, inscritos em Dívida Ativa, sem a incidência de multas e juros, conforme cronograma abaixo:

Parcelas	Data de Vencimento
1ª	10/04/1997
2ª	13/05/1997
3ª	10/06/1997
4ª	10/07/1997
5ª	12/08/1997
6ª	10/09/1997
7ª	10/10/1997
8ª	10/11/1997

Art. 2º - Os contribuintes que optarem pelo pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - I.P.T.U., em cota única, até 10 / 04/ 1997, inscritos em Dívida Ativa, com relação ao exercício de 1996, em conjunto com o exercício de 1997, ficarão beneficiados com desconto de 20 % (vinte por cento) sobre os valores apurados, bem como gozarão da isenção das multas e juros incidentes sobre o montante.

Parágrafo Único - Ocorrida a quitação na forma descrita neste artigo, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a isentar o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - I.P.T.U. dos anos de 1990 a 1995, bem como juros e multas aplicadas neste período.

Art. 3º - Os contribuintes que quitarem os tributos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - I.S.S. e da Taxa de Fiscalização, Controle e Vigilância, inscritos em Dívida Ativa, até a data limite de 10/04/1997, ficarão isentos da cobrança de multas e juros que incidem sobre estes tributos.

CAMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS
R.U.
Discussão única

APROVADO EM 17.02.97

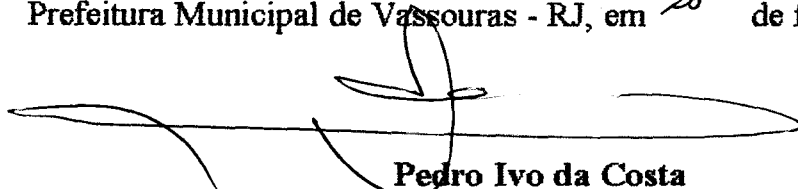
Randolpho Lopes Filho
Presidente

Art. 4º - O não cumprimento pelo contribuinte das datas limite para a quitação dos tributos, implicará na automática revogação do benefício e a isenção do pagamento das multas e juros de que tratam os Artigos 2º e 3º desta Lei.

Art. 5º - Na hipótese do não funcionamento da rede bancária arrecadadora em determinado dia do Calendário previsto nesta Lei, o recolhimento efetivar-se-á no primeiro dia útil seguinte.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vassouras - RJ, em 20 de fevereiro de 1997.



Pedro Ivo da Costa
Prefeito Municipal